

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 53/XIV/ 1.^a SL

Aos 16 dias do mês de julho de 2020, pelas 15 horas e 10 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

[formato presencial e por videoconferência]

1. Discussão e votação do relatório sobre a Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à mobilização da margem para imprevistos em 2020 com vista a assegurar a continuidade do apoio humanitário aos refugiados na Turquia [COM(2020)422];

Relator: Deputado José Manuel Pureza (BE)

2. Apreciação e votação de relatórios finais das seguintes petições:

- Petição n.º 24/XIV/1.^a - Não à violência sobre os Profissionais de Saúde;

Relatora: Deputada Sandra Pereira (PSD)

- Petição n.º 33/XIV/1.^a - Contra conferências neonazis em Portugal e pela ilegalização efetiva de grupos de cariz fascista/racista/neonazis;

Relatora: Deputada Isabel Alves Moreira (PS)

- Petição n.º 37/XIV/1.^a - Considerar as agressões a professores e Educadores como Crime Público;

Relatora: Deputada Catarina Rocha Ferreira (PSD)

- (Apreciação conjunta) Petições n.ºs 78/XIV/1.^a - Pela integração da Caixa de Previdência dos Advogados e dos Solicitadores na Segurança Social, e 79/XIV/1.^a - Nacionalização da Caixa de Previdência dos Advogados e dos Solicitadores por integração na Segurança Social;

Relator: Deputado José Manuel Pureza (BE)

3. Discussão e votação na especialidade, nos termos do artigo 196.º, n.º 1 do RAR, das propostas de alteração às Apreciações Parlamentares n.ºs 11/XIV/1.^a (PCP) - Decreto-Lei n.º 19/2020, de 30 de abril, que "Estabelece um regime temporário e excecional de apoio às associações humanitárias de bombeiros, no âmbito da pandemia da doença COVID-19" e 18/XIV/1.^a (BE) - "Decreto-lei n.º 19/2020, de 30 de abril, que estabelece um regime temporário e excecional de apoio às associações humanitárias de bombeiros, no âmbito da pandemia da doença COVID-19";

4. Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas:

- Proposta de Lei n.º 46/XIV/1.^a (GOV) - Define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2020-2022;

- Projeto de Lei n.º 226/XIV/1.^a - 9.^a alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que regula a eleição para os órgãos das autarquias locais;

5. Discussão e votação das propostas de substituição apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS, sob a forma de texto único, tendo em vista a aprovação de um texto de substituição da Comissão no âmbito da nova apreciação dos Projetos de Lei n.ºs 112/XIV/1.^a (PSD) - 50.^a alteração ao Código Penal, criminalizando a conduta de quem mate, sem motivo legítimo, animal de companhia, 183/XIV/1.^a (PAN) – Reforça o regime sancionatório aplicável aos animais de companhia e alarga a proteção aos animais sencientes vertebrados (altera o Código Penal); 202/XIV/1.^a (PS) - Proceda à 50.^a alteração ao Código Penal, revendo o regime sancionatório aplicável aos animais de

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 53/XIV/ 1.ª SL

companhia e 211/XIV/1.ª (BE) - Revê o regime sancionatório aplicável a crimes contra animais;

6. **Discussão/ratificação das votações indiciárias na especialidade, realizadas no Grupo de Trabalho - Lei da Nacionalidade, dos Projetos de Lei n.os 117/XVI/1.ª (PAN) - Alarga o acesso à naturalização às pessoas nascidas em território português após o dia 25 de abril de 1974 e antes da entrada em vigor da lei da nacionalidade (procede à 9.ª alteração à lei n.º 37/81, de 3 de outubro); e 118/XVI/1.ª (PCP) - Alarga a aplicação do princípio do jus soli na lei da nacionalidade portuguesa (nona alteração à lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a lei da nacionalidade) [votação na especialidade em Plenário obrigatória, nos termos do n.º 4 do artigo 168.º da CRP];**

7. **Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 352/XIV/1.ª(PCP) - Reforça as medidas de proteção das vítimas de violência doméstica (6.ª alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro);**

8. **Apreciação e votação do requerimento apresentado, pelo Deputado Único Representante da Iniciativa Liberal, para audição, com caráter de urgência, da Ministra de Estado e da Presidência sobre monitorização do discurso de ódio online pelo Governo;**

9. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PSD, para audição do Ministro da Administração Interna sobre a fuga de migrantes e eventuais redes de imigração ilegal;**

10. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PAN para consulta escrita de entidades e individualidades no âmbito da apreciação na especialidade do Projeto de Lei n.º 227/XIV/1.ª (PSD) - 8.ª alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho (Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais) e 3.º alteração à Lei n.º 2/2005, de 10 de janeiro (Lei de organização e funcionamento da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos);**

11. **Apreciação e votação das atas n.ºs 35 a 43/XIV/1.ª, correspondentes às reuniões de 2 a 30 de junho de 2020;**

10. Outros assuntos.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Luís Marques Guedes, procedeu-se à apreciação do relatório sobre a Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à mobilização da margem para imprevistos em 2020 com vista a assegurar a continuidade do apoio humanitário aos refugiados na Turquia [[COM\(2020\)422](#)], que foi apresentado pelo respetivo relator, Deputado José Manuel Pureza (BE). Após as intervenções da Senhora Deputada Romualda Fernandes (PS) e do Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP), o relatório foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, na ausência do DURP do CH

No segundo ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à apreciação e votação dos seguintes relatórios finais de petições:

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 53/XIV/ 1.ª SL

- Relatório final da [Petição n.º 24/XIV/1.ª](#) - Não à violência sobre os profissionais de saúde, que foi apresentado pela respetiva relatora, Deputada Sandra Pereira (PSD). Após as intervenções da Senhora Deputada Elza Pais (PS) e do Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP), que congratularam a relatora pela objetividade do trabalho feito, o relatório foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, na ausência do DURP do CH.

- Relatório final da [Petição n.º 33/XIV/1.ª](#) - Contra conferências neonazis em Portugal e pela ilegalização efetiva de grupos de cariz fascista/racista/neonazis, que foi apresentado pela respetiva relatora, Deputada Isabel Alves Moreira (PS). No debate intervieram o Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE) e as Senhoras Deputadas Joacine Katar Moreira (Ninsc) e Mónica Quintela (PSD). No final, submetido a votação, o relatório final foi aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP e do DURP do CH.

- Relatório final da [Petição n.º 37/XIV/1.ª](#) - Considerar as agressões a professores e Educadores como Crime Público, que foi apresentado pela respetiva relatora, Deputada Catarina Rocha Ferreira (PSD). Após a intervenção da Senhora Deputada Cláudia Cruz Santos, o relatório foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP e do DURP do CH.

- Relatório Final conjunto das) [Petições n.ºs 78/XIV/1.ª](#) - Pela integração da Caixa de Previdência dos Advogados e dos Solicitadores na Segurança Social, e [79/XIV/1.ª](#) Nacionalização da Caixa de Previdência dos Advogados e dos Solicitadores por integração na Segurança Social, que foi apresentado pelo respetivo relator, Deputado José Manuel Pureza (BE). Após as intervenções das Senhoras Deputadas Mónica Quintela (PSD) e Inês de Sousa Real (PAN), o relatório foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, na ausência do DURP do CH.

No terceiro ponto, procedeu-se à discussão e votação, na especialidade, nos termos do artigo 196.º, n.º 1 do RAR, das propostas de alteração às Apreciações Parlamentares n.ºs [11/XIV/1.ª \(PCP\)](#) Decreto-Lei n.º 19/2020, de 30 de abril, que «Estabelece um regime temporário e excecional de apoio às associações humanitárias de bombeiros, no âmbito da pandemia da doença COVID-19», e [18/XIV/1.ª \(BE\)](#) -

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 53/XIV/ 1.^a SL

«Decreto-lei n.º 19/2020, de 30 de abril, que estabelece um regime temporário e excecional de apoio às associações humanitárias de bombeiros, no âmbito da pandemia da doença COVID-19».

As propostas de alteração apresentadas pelos Grupos Parlamentares [do PCP](#), [do BE](#) e [do PAN](#), no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs 11/XIV/1.^a (PCP) e 18/XIV/1.^a (BE), baixaram a esta Comissão em 26 de junho de 2020.

Encontrando-se presentes todos os Grupos Parlamentares e demais forças políticas que integram a Comissão, com exceção do Grupo Parlamentar do PAN e do DURP do Chega, procedeu-se à discussão e votação na especialidade das referidas propostas de alteração ([cfr. Quadro comparativo](#)), tendo intervindo no debate os Senhores Deputados Francisco Oliveira (PS), José Cancela Moura (PSD), António Filipe (PCP) e José Manuel Pureza (BE).

Da votação resultou o seguinte:

Propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do BE – retiradas pelo proponente por ter considerado que o seu teor havia sido acolhido em normas do Orçamento Suplementar para 2020 aprovado [cfr. artigo 197.º-A (*Apoio extraordinário de emergência para associações humanitárias de bombeiros*)];

Propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PAN – rejeitadas, com votos contra do PS, do PSD, do BE e do PCP e abstenções do CDS-PP e da Deputada Ninsc. JKM.

Propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP:

Artigos 3.º, 4.º, 5.º e 6.º do Decreto Lei n.º 19/2020, de 30 de abril - retiradas pelo proponente por ter considerado que o seu teor havia sido acolhido em normas do Orçamento Suplementar para 2020 aprovado [cfr. artigo 197.º-A (*Apoio extraordinário de emergência para associações humanitárias de bombeiros*)];

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 53/XIV/ 1.ª SL

Artigo Novo (*Fundo Extraordinário de Emergência*) – retirado pelo proponente por ter considerado que o seu teor havia sido acolhido em normas do Orçamento Suplementar aprovado;

Artigo Novo (*Reembolso de despesas adicionais*) – rejeitado, com votos contra do PS, votos a favor do BE, do PCP e da Deputada Ninsc. JKM e abstenções do PSD e do CDS-PP;

Artigo Novo (*Dívidas e pagamentos*) – **aprovado**, com votos a favor do PSD, do BE, do PCP, do CDS-PP e da Deputada Ninsc. JKM e votos contra do PS [*renumerado como artigo 7.º-A*];

Artigo Novo (*Protocolo com o INEM e a ANEPC*) – **aprovado**, com votos a favor do PSD, do BE, do PCP, do CDS-PP e da Deputada Ninsc. JKM e votos contra do PS [*renumerado como artigo 7.º-B*];

Artigo Novo (*Gasóleo verde*) – rejeitado, com votos contra do PS e do PSD, votos a favor do BE, do PCP e da Deputada Ninsc. JKM e a abstenção do CDS-PP;

Artigo Novo (*Equipamentos de proteção individual*) – **aprovado**, com votos a favor do PSD, do BE, do PCP, do CDS-PP e da Deputada Ninsc. JKM e votos contra do PS [*renumerado como artigo 7.º-C*];

Artigo Novo (*Seguros de acidentes pessoais e de trabalho*) – **aprovado**, com votos a favor do PSD, do BE, do PCP, do CDS-PP e da Deputada Ninsc. JKM e votos contra do PS [*renumerado como artigo 7.º-D*].

No ponto seguinte, teve lugar a discussão e votação na especialidade da [Proposta de Lei n.º 46/XIV/1.ª \(GOV\)](#) - Define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2020-2022, que baixara à Comissão em 10 de julho de 2020, após discussão e aprovação na generalidade, na mesma data.

A presente Proposta de Lei foi apresentada em cumprimento do artigo 7.º da Lei n.º 17/2006, de 23 de maio, sendo que, nos termos do artigo 8.º, a sua elaboração é precedida da audição do Conselho Superior da Magistratura, do Conselho Superior do

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 53/XIV/ 1.^a SL

Ministério Público, do Conselho Coordenador dos Órgãos de Polícia Criminal, do Conselho Superior de Segurança Interna, do Gabinete Coordenador de Segurança e da Ordem dos Advogados.

Assim, juntamente com a iniciativa legislativa, foram remetidos os pareceres do [Conselho Superior da Magistratura](#), do [Conselho Superior do Ministério Público](#), do [Conselho Coordenador dos Órgãos de Polícia Criminal](#) e do [Gabinete Coordenador de Segurança](#), bem como, atento o disposto no artigo 14.º, o [relatório sobre a execução da Lei n.º 96/2017, de 23 de agosto, que definiu os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2017-2019](#).

A 8 de julho 2020, foram solicitados pareceres ao [Conselho Superior da Magistratura](#), ao Conselho Superior do Ministério Público e à [Ordem dos Advogados](#).

A 15 de julho de 2020, foram apresentadas propostas de alteração pelos Grupos Parlamentares do [CDS-PP](#), do [PS](#) e do [PSD](#).

A 16 de julho de 2020, o Grupo Parlamentar do [PSD](#) apresentou nova proposta de alteração, bem como o Grupo Parlamentar do [PAN](#).

Baixou para distribuição inicial na generalidade, a 7 de julho de 2020, à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, o [Projeto de Lei n.º 470/XIV/1.^a \(CH\)](#) - *Prevenção em matéria de criminalidade especialmente grave*, tendo o Senhor Presidente da Comissão, na reunião de 15 de julho de 2020, entendido que o mesmo deveria ser considerado, no processo de discussão e votação na especialidade, como proposta de alteração à Proposta de Lei, quanto à única norma suscetível de votação indiciária - o seu artigo 9.º-A -, uma vez que o articulado remanescente reproduz o texto da Proposta de Lei e ficou, por isso prejudicado, tendo a Comissão considerado concluída a sua intervenção neste processo legislativo.

Encontrando-se presentes os Grupos Parlamentares do PS, do PSD, do BE, do PCP, do CDS-PP e do PAN, a Deputada Não Inscrita Joacine Katar Moreira (via *Skype*), e ausente o Deputado Único Representante do Partido CH, procedeu-se à discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei e das propostas de alteração apresentadas, todas constantes deste [quadro comparativo](#).



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 53/XIV/ 1.ª SL

Da votação resultou o seguinte:

1. Da votação resultou o seguinte:

- Proposta de eliminação do artigo 3.º, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD - rejeitada com os votos contra do PS, do CDS-PP e do PAN, a favor do PSD e as abstenções do BE, PCP e Ninsc, na ausência do CH;
- Artigo 3.º, n.º 1, al. a) da proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PAN – rejeitado com os votos contra do PS, PSD e CDS-PP, a favor do PAN e Ninsc e as abstenções do BE e PCP, na ausência do CH;
- Artigo 3.º, n.º 1, al. a), parte final da proposta de alteração do CDS-PP – aprovado com os votos a favor do PS, CDS-PP e PAN, contra da Ninsc e as abstenções do PSD, BE e PCP, na ausência do CH;
- Artigo 4.º, al. e) da proposta de alteração, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD – rejeitado com os votos contra do PS, a favor do PSD e do PAN e as abstenções do BE, PCP, CDS-PP e Ninsc, na ausência do CH;
- Artigo 4.º, al. n) da proposta de alteração, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD – aprovado com os votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, contra do PAN, e as abstenções do BE, PCP e Ninsc, na ausência do CH;
- Artigo 4.º, al. p) da proposta de eliminação, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD – rejeitado com os votos contra do PS e do PAN, a favor do PSD e as abstenções do BE, PCP, CDS-PP e Ninsc, na ausência do CH;
- Artigo 4.º, al. r) da proposta de eliminação, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD – rejeitado com os votos a favor do PSD, contra do PS e PAN, as abstenções do BE, PCP, CDS-PP e Ninsc, na ausência do CH;
- Artigo 4.º, al. r) da proposta de substituição, apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP – rejeitado com os votos contra do PS e Ninsc, a favor do PSD, CDS-PP e PAN e as abstenções do BE e PCP, na ausência do CH;
- Artigo 4.º, al. s) da proposta de eliminação, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD – rejeitado com os votos contra do PS, a favor do PSD e CDS-PP e as abstenções do BE, PCP, PAN e Ninsc, na ausência do CH;

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 53/XIV/ 1.ª SL

- Artigo 4.º, al. t) da proposta de substituição, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS – aprovado com os votos a favor do PS, PSD, CDS-PP e PAN e as abstenções do BE, PCP e Ninsc, na ausência do CH;
- Artigo 4.º, al. t) da proposta de substituição, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PAN – rejeitado com os votos contra do PS, PSD e CDS-PP, a favor do PAN e Ninsc e as abstenções do BE e PCP, na ausência do CH;
- Artigo 5.º, al. f) proposta de substituição, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD – rejeitado com os votos contra do PS, CDS-PP e PAN, a favor do PSD e as abstenções do BE, PCP e Ninsc, na ausência do CH;
- Artigo 5.º, al. i) da proposta de eliminação, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD – rejeitado com os votos contra do PS, PAN e CDS-PP, a favor do PSD e as abstenções do BE, PCP e Ninsc, na ausência do CH;
- Artigo 5.º, al. p), parte inicial «O crime de incêndio florestal e (...)» proposta de substituição, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD – votação separada a pedido do Grupo Parlamentar do PS, tendo ficado aprovado com os votos a favor PS, PSD, CDS-PP e PAN, as abstenções do BE, PCP e Ninsc, na ausência do CH;
- Artigo 5.º, al. p), parte final da Proposta de Alteração do PSD – rejeitado com os votos contra do PS, CDS-PP e PAN, a favor do PSD e as abstenções do BE, PCP e Ninsc, na ausência do CH;
- Artigo 5.º, al. q) da proposta de eliminação, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD – rejeitado com os votos contra do PS e PAN, a favor do PSD e as abstenções do BE, PCP, CDS-PP e Ninsc, na ausência do CH;
- Artigo 5.º, al. s) da proposta de substituição, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS – aprovado com os votos a favor do PS, PSD, CDS-PP e PAN, as abstenções do BE, PCP e Ninsc, na ausência do CH;
- Artigo 5.º, al. s) da proposta de substituição, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PAN – rejeitado com os votos contra do PS, PSD e CDS-PP, a favor do PAN e Ninsc e as abstenções do BE e PCP, na ausência do CH;
- Artigo 9.º-A do Projeto de Lei n.º 470/XIV/1.ª (CH) – rejeitado indiciariamente com os votos contra do PS, PSD, CDS-PP, PAN e Ninsc, as abstenções do BE e PCP, na ausência do CH;

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 53/XIV/ 1.ª SL

- Artigo 10.º, n.º 1, al. e) da proposta de substituição, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD – aprovado com os votos a favor do PS, PSD e PAN, as abstenções do BE, PCP, CDS-PP e Ninsc, na ausência do CH;
- Artigo 15.º da proposta de substituição, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD – aprovado com os votos a favor do PS, PSD, CDS-PP e PAN, as abstenções do BE, PCP e Ninsc, na ausência do CH;
- Artigo 21.º da proposta de substituição, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD – aprovado com os votos a favor do PS, PSD, CDS-PP e PAN e as abstenções do BE, PCP e Ninsc, na ausência do CH;
- Artigo 22.º da proposta de substituição, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD – aprovado com os votos a favor do PS, PSD, CDS-PP e PAN e as abstenções do BE, PCP e Ninsc, na ausência do CH;
- Anexo da Proposta de Alteração do PSD – votação separada dos seguintes segmentos:
 - «(...) das mulheres grávidas, das pessoas idosas, dos doentes, das pessoas com deficiência dos imigrantes e das vítimas de violência doméstica (...)» - rejeitado com os votos contra do PS, a favor do PSD e PAN e as abstenções do BE, PCP, CDS-PP e JKM, na ausência do CH;
 - «(...) um aumento de cerca de 66,7% (...)» - aprovado com os votos a favor do PS, PSD, PAN e CDS-PP e as abstenções do BE, PCP e Ninsc, na ausência do CH;
 - «(...) ao crime de incêndio florestal (...)» - aprovado com os votos a favor do PS, PSD, PAN e CDS-PP e as abstenções do BE, PCP e Ninsc, na ausência do CH;
 - «(...) incluindo-o também no leque dos crimes de investigação prioritária (...)» - aprovado com os votos a favor do PS, PSD e PAN e as abstenções do BE, PCP, CDS-PP e Ninsc, na ausência do CH;
 - «(...) embora, em relação a estes, tenha havido um ligeiro decréscimo em 2019 (...)» - aprovado com os votos a favor do PS, PSD e PAN e as abstenções do BE, PCP, CDS-PP e Ninsc, na ausência do CH;
 - Eliminação de «(...) aumento expressivo de crimes de violação de regras de segurança (...)» - aprovado com os votos a favor do PS, PSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 53/XIV/ 1.ª SL

- e PAN e as abstenções do BE, PCP, CDS-PP e Ninsc, na ausência do CH;
- Eliminação de «(...) Exclui-se do âmbito das prioridades o crime de falsificação, considerando a sua natureza instrumental relativamente a outros crimes a que foi atribuído carácter prioritário, tanto no plano da prevenção, como no da repressão (v. g. o terrorismo e o tráfico de pessoas).» - rejeitado com os votos contra do PS, a favor do PSD e as abstenções do BE, PCP, CDS-PP, PAN e Ninsc, na ausência do CH;
 - Articulado remanescente (não objeto de propostas de alteração) da Proposta de Lei n.º 46/XIV/1.ª (GOV) – aprovado com os votos a favor do PS e PAN, as abstenções do PSD, BE, PCP e CDS-PP, na ausência do CH.

Dado o adiantado da hora, foram adiados para a reunião seguinte da Comissão, no próximo dia 21 de julho, os demais pontos da ordem de trabalhos – pontos 5 a 12..

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 18 horas e 35 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 de julho de 2020.

O Presidente da Comissão



(Luís Marques Guedes)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 53/XIV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

André Coelho Lima
André Neves
António Filipe
Artur Soveral Andrade
Catarina Rocha Ferreira
Cláudia Santos
Elza Pais
Francisco Pereira Oliveira
Inês de Sousa Real
Isabel Alves Moreira
Isabel Rodrigues
Jocaine Katar Moreira
Joana Sá Pereira
José Magalhães
José Manuel Pureza
Luís Marques Guedes
Mónica Quintela
Pedro Delgado Alves
Pedro Rodrigues
Rita Borges Madeira
Romualda Fernandes
Telmo Correia
Beatriz Gomes Dias
Carlos Peixoto
Catarina Marcelino
Constança Urbano de Sousa
Duarte Marques
Jorge Lacão
José Cancela Moura
Lina Lopes
Sandra Pereira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Ventura
Sandra Cunha

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Sara Madrugada da Costa